

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Ata de Registro de Preços 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	JOAO HELIO DA SILVA PEREIRA	18/05/2026 08:34 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23216.002010.2025-16

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano, com sede no(a) Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia - GO | CEP 74085-010, na cidade de Goiânia/GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.651.417/0001-78, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 23216.002010.2025-16, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais e medicamentos humanos para o IF Goiano, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do Edital de Pregão Eletrônico SRPnº 16/2026 n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [ <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ]							
do								
TR								

X	Especificação	Marca  (se exigida no edital)	Modelo  (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Reitoria (UASG 158124) e os campi participantes listados no Termo de Referência.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.2.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, **podará** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **edital** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## 12. ANEXO

Anexo

## Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELIAS DE PADUA MONTEIRO**

Autoridade competente



## **GILSON DOURADO DA SILVA**

Pró-Reitor de Administração

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

## Edital 6/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	JOAO HELIO DA SILVA PEREIRA	25/05/2026 13:41 (v 0.13)
Status			
CONCLUIDO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23216.002010.2025-16

### 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90016/2026

### CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

158124 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

### OBJETO

Registro de preços para a aquisição de materiais e medicamentos humanos para o IF Goiano, nos termos do Anexo deste Edital e seus anexos

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 266.614,96 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e seis centavos).

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/06/2026** às 08:00 (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

[CONCORRÊNCIA] OU [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90016/2026

(Processo Administrativo nº [23216.002010.2025-16](#))

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano, por meio do(a) Gerência de Aquisições e Contratações (GAC), sediado(a) Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia - GO | CEP 74085-010, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de materiais e medicamentos humanos para o IF Goiano, nos termos da tabela no Anexo I deste TR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência /Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.0 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 *Os grupos exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, constam na planilha (Apêndice I do TR - Tabela de Itens).*

3.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.12 pessoas físicas.

3.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10 O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13 O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15 A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.0 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.0 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.0 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1. valor unitário por item e por grupo;
2. marca;
3. fabricante;
4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo de cada item.

6.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.1.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.0 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos).

7.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.10 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2 empresas brasileiras;

7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.0 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.0.1 Sicafe;

8.0.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.0.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.0.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.1 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.1.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

8.20.1. declaração ou documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei no 6.360, de 1976 e o Decreto no 8.077, de 2013, conforme especificado no Termo de Referência;

8.20.2. Declaração ou documento de Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.0 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.0.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou ~~por~~ formato digital, devendo ser enviados por meio eletrônico pela ferramenta de upload do sistema.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até (02) horas, para:

9.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.0 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.1 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:



10.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4 Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.0 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.1.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.1.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.2 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.5 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.7 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.0 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.0.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.0.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.1.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.2 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.2.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.2.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.3.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.3.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.0 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.2.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.2.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.2.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://suap.ifgoiano.edu.br/processo\\_eletronico/consulta\\_publica/](https://suap.ifgoiano.edu.br/processo_eletronico/consulta_publica/).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.0 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.0.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.0.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.0.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.0.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.0.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.0.2.4 deixar de apresentar amostra;

14.0.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.0.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.0.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.0.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.0.6 fraudar a licitação;

14.0.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.0.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.0.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.0.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.0.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.0.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.1.1 advertência;

14.1.2 multa;

14.1.3 impedimento de licitar e contratar e

14.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.2.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.2.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.2.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.2.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.2.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.3.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.3.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.14 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.14.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.0 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@ifgoiano.edu.br](mailto:licitacao@ifgoiano.edu.br).

15.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.0 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [https://suap.ifgoiano.edu.br/processo\\_eletronico/consulta\\_publica/](https://suap.ifgoiano.edu.br/processo_eletronico/consulta_publica/).

16.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.10.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.10.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.10.1.2 Anexo I do TR - Planilha resumo estimativa de itens, valores e locais;

16.10.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.10.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.10.4 Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

16.10.4 Anexo V - Modelo de Proposta

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO HELIO DA SILVA PEREIRA**

Agente de contratação

**VIVIANE IZIDORO FERREIRA**

Agente de contratação

**GILSON DOURADO DA SILVA**

Agente de contratação



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MODELO PROPOSTA COMERCIAL - medicamentos.pdf (84.82 KB)



INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

# Termo de Referência 38/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	JOAO HELIO DA SILVA PEREIRA	15/05/2026 13:17 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23216.002010.2025-16

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº [23216.002010.2025-16](#))

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais e medicamentos humanos para o IF Goiano, nos termos da tabela no Anexo I deste TR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a Instituição busca assegurar a continuidade das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, contribuindo diretamente para a preservação da saúde e do bem-estar dos estudantes e servidores do IF Goiano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a economicidade, a eficiência administrativa e a previsibilidade nas contratações públicas, conforme Estudo Técnico Preliminar;

1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Só será admitida a oferta de **produto** previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei no 6.360, de 1976 e Decreto no 8.077, de 2013.

4.1.2 Só será admitida a oferta de **equipamentos**, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

#### **Obrigações da contratada**

4.2 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC no 497, de 20 de maio de 2021.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.3 Na presente contratação será admitida a indicação de marcas como padrão de referência, porém em atendimento ao Art. 41, inciso I, alínea d da Lei 14.133/2021, não há intenção de restringir o caráter competitivo da licitação, somente para melhor compreensão do objeto

#### **Subcontratação**

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.6.1 Visto que os pagamentos serão realizados contra entrega dos bens.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa que poderá ser parcelada conforme a necessidade dos campi, observados os critérios elencados no Edital pertinente.

5.2 As entregas serão agendadas conforme a conveniência do IF Goiano, estando o fornecedor ciente de que poderão ser empenhados quantitativos em períodos diferentes dentro da validade da Ata de Registro de Preços.

5.3 A entrega dos itens deverão ser realizadas em horários posteriormente definidos junto às unidades participantes, podendo inclusive ser indicado quando do envio da Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00 às 16h00, podendo ainda, a critério do IF Goiano, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais para a Contratante.

5.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5 Os bens deverão ser entregues no seguintes endereços:

UASG - 158124		ENDEREÇO
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL CAMPUS CERES		Rod. GO-154, Km 03  Ceres-GO CEP: 76.300-000
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL CAMPUS IPORÁ		Av. Oeste, 350 Parque União  Iporá-GO CEP: 76.200-000
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL CAMPUS MORRINHOS		BR 153, Km 633, Zona Rural  Morrinhos-GO CEP: 75.650-000
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL REITORIA		Rua 88, nº 310, Setor Sul  Goiânia-GO CEP: 74.085-010
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL CAMPUS URUTAÍ		Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, Zona Rural  Urutaí-GO CEP: 75.790-000
INSTITUTO GOIANO - FEDERAL		

<b>CAMPUS POSSE</b>	<b>Rod GO-453, Km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, Distrito Agroindustrial</b>  <b>Posse-GO - CEP 73900-000</b>
158471 - INST FED.DA PARAIBA  <b>CAMPUS PRINCESA ISABEL</b>	<b>BR-426 - Zona Rural</b>  <b>Princesa Isabel - Paraíba.</b>

5.6 O prazo de validade dos itens, na data da entrega, não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total constante do rótulo do fabricante.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.7 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16 Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **30% (trinta por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **XX (xxxxx)** dias

7.2.5 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.7 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.8 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.9 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.10 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.11 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.29.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.30 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.31 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026.

8.32 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14 A contratada deverá apresentar declaração que possui Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC no 16, de 10 de abril de 2014, da ANVISA;

9.15 A contratada deverá apresentar declaração que possui documentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.27 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % valor total estimado da contratação;
- 9.28 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;
- 9.29 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.32 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. A contratada deverá declarar que possui Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

9.34. A contratada deverá apresentar declaração que possui Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3o da RDC no 16, de 1o de abril de 2014, da ANVISA;

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

*10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 266.614,96 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.***

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

Considerando o objeto da aquisição e os valores estimados, a Administração deverá formalizar a contratação por meio de instrumento contratual. Assim, o presente anexo não será utilizado, uma vez que a minuta do contrato será incluída nos autos como Anexo do Edital.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

*(Nome e Cargo do Representante Legal)*

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO HELIO DA SILVA PEREIRA**

Equipe de apoio

**CERIDA AURELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio

**VIVIANE IZIDORO FERREIRA**

Equipe de apoio

**ELIAS DE PADUA MONTEIRO**

Autoridade competente

# Documento Digitalizado Público

## Termo de Referência (TR) - 38/2026 - Medicamentos

**Assunto:** Termo de Referência (TR) - 38/2026 - Medicamentos  
**Assinado por:** Joao Pereira  
**Tipo do Documento:** Aquisições e/ou Contratações  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Joao Helio da Silva Pereira, ADMINISTRADOR, em 15/05/2026 13:18:17.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/05/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 881186  
**Código de Autenticação:** 61598c3cb1





Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
1 (exclusivo ME/EPP)	1	Absorvente Higiénico, Tipo: Normal com Abas, Formato: Tradicional, Apresentação: Externa.	Pacote com 8 Und.	SEMPRE LIVRE / ALWAYS	288988	R\$ 4,37	3687	10	400	10	20			4.127	R\$ 18.034,99	R\$ 52.811,75
	2	Álcool Etilico, Tipo: Hidratado, Teor Alcoólico: 70% (70ºgl), Apresentação: Líquido.	Frasco com 1000 ml	ASSEPTGEL / FACILITA	269941	R\$ 16,82	50	20	100	20	10		10	210	R\$ 3.532,20	
	3	Algodão Uso Em Saúde, Tipo: Hidrófilo, Material: Fibras de Algodão Purificado, Apresentação: Bola, Esterilidade: Não Estéril.	Pacote com 100 Und.	APOLLO	628475	R\$ 6,71	13				10	1		24	R\$ 161,04	
	4	Algodão, Tipo: Hidrófilo, Apresentação em Mantas, Material: Alvejado, Purificado, Isento de Impurezas, Características Adicionais: Enrolado em Papel Apropriado, Esterilidade: Não Estéril, Embalagem Individual.	Pacote com 500 g	APOLLO	628802	R\$ 21,20		5	10		5			20	R\$ 424,00	
	5	Atadura, Tipo 1: Crepom, Material 1: 100% Algodão, Dimensões: 10 cm, Gramatura 1: Cerca de 18 Fios/cm2, Embalagem Individual.	Rolo	CREMER / MELHORMED	628350	R\$ 4,08	260	150	250	100	100	6	20	886	R\$ 3.614,88	
	6	Clorexidina Digluconato, Composição: Associada ao Fluoreto de Sódio, Concentração: 0,12% + 0,05%, Forma Farmacêutica: Colutório.	Frasco com 500 ml	PERIOGARD	341175	R\$ 15,97	1	1	4		5		4	15	R\$ 239,55	
	7	Clorexidina Digluconato, Dosagem: 1%, Aplicação: Solução Tópica Spray Feridas.	Spray (30ml) - Unidade		330829	R\$ 14,99	39	10	16		5		10	80	R\$ 1.199,20	
	8	Clorexidina Digluconato, Concentração: 0,12%, Forma Farmacêutica: Colutório.	Frasco com 1000 ml - Unidade	COLGATE	444050	R\$ 29,00		3	3	2	3			11	R\$ 319,00	
	9	Clorexidina Digluconato, Dosagem: 1%, Aplicação: Solução Tópica.	Frasco com 100 ml - Unidade		626227	R\$ 3,00		5	10		5			20	R\$ 60,00	
	10	Compressa Gaze, Material: Tecido 100% Algodão, Tipo: 13 Fios/cm2, Modelo: Cor Branca, Isenta de Impurezas, 8 Camadas, Largura: 7,50 cm, Comprimento: 7,50 cm, 5 Dobras, Características Adicionais: Estéril e Descartável.	Pacote com 500 Und.	CREMER / MELHORMED	628269	R\$ 32,80	4	5	10	5	8			32	R\$ 1.049,60	
	11	Compressa Hospitalar, Tipo: Cirúrgica, Material: 100% Algodão, Dimensões: Cerca de 45 x 50 cm, Características Adicionais: C/ Fio Radiopaco, Acessórios: C/ Cordão Identificador, Esterilidade: Uso Único, Embalagem Individual.	Pacote com 500 Und.	CREMER / MELHORMED	623256	R\$ 133,50	2	5	20	1	1			29	R\$ 3.871,50	
	12	Curativo, Tipo: Adesivo, Material: Filme Plástico, Componentes: Com Almofada Viscose Antisséptica, Formato: Fita, Dimensões: Cerca de 2 x 7,5 cm, Característica Adicional: Microporoso, Embalado em Caixas com 40 Unidades.	Caixa com 40 Und.	BAND AID / CREMER	483366	R\$ 14,50	15	100	10	3	100			228	R\$ 3.306,00	
	13	Fita Hospitalar, Tipo: Esparadrapo, Impermeável, Material: Dorso em Algodão, Componentes: Adesivo à Base de Zinco, Dimensões: Cerca de 100 mm, Com Cor.	Rolo de 4,5 m - Unidade	3M NEXCARE / CREMER	631796	R\$ 19,06	14	10	50	2	20	3		99	R\$ 1.886,94	
	14	Fita Hospitalar, Tipo: Microporosa, Material: Dorso Em Não Tecido, Componentes: Adesivo Acrílico, Dimensões: Cerca de 50 mm, Características Adicionais: Hipoalergénico, Com Cor.	Rolo de 10 m - Unidade	3M NEXCARE / CREMER	631804	R\$ 13,00	14	5	10	1	10	3		43	R\$ 559,00	
	15	Gaze Uso Em Saúde, Modelo: Compressa C/ Dobras e Camadas, Material: Tecido 100% Algodão, Densidade: Cerca de 13 Fios/cm2, Radiopacidade: Sem Elemento Radiopaco, Dimensão Fechada: Cerca de 7,5 x 7,5 cm, Esterilidade: Estéril, Uso Único.	Embalagem com 10 Und.	CREMER / MELHORMED	628266	R\$ 2,94	260	5	800	100		4		1.169	R\$ 3.436,86	
	16	Luva Cirúrgica nº 8,5 - Par de Luva Cirúrgica Estéril, de Látex Natural, Lubrificada Com Pó Bio Absorvível, Anatômica, Validade Mínima de 3 Anos, Registro Anvisa.	Par	LATEXBR MAX TOUCH	620105	R\$ 3,85		30				5		35	R\$ 134,75	
	17	Luva para Procedimento Não Cirúrgico, Material: Látex Natural Integro e Uniforme, Tamanho: Extra Pequeno, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, Descartável, Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente à Tração.	Caixa com 100 Und.	SUPER MAX / UNIGLOVES	619856	R\$ 26,27	10		40					50	R\$ 1.313,50	
	18	Luva para Procedimento Não Cirúrgico, Material: Látex Natural Integro e Uniforme, Tamanho: Médio, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, Descartável, Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente à Tração.	Caixa com 100 Und.	SUPER MAX / UNIGLOVES	619858	R\$ 28,49	18	10	200	30	8			266	R\$ 7.578,34	
	19	Luva para Procedimento Não Cirúrgico, Material: Látex Natural Integro e Uniforme, Tamanho: Pequeno, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, Descartável, Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente à Tração.	Caixa com 100 Und.	SUPERMAX / UNIGLOVES	619857	R\$ 26,13			50	30				80	R\$ 2.090,40	
	20	Abaixador de Língua, Material: Madeira, Tipo: Descartável, Comprimento: 14 cm, Formato: Tipo Espátula, Embalagem Individual, Largura: 1,50 cm, Espessura: 2 mm.	Pacote com 100 Und.		629305	R\$ 8,51	3	3	4		3			13	R\$ 110,63	
	21	Ácido Peracético Hospitalar na Concentração de 0,2%, Produto de Uso Profissional, Constituído de Mistura Equilibrada de Ácido Peracético, Peróxido de Hidrogênio, Ácido Acético, e Oxigênio Ativo, em Veículo Estabilizado, Desenvolvido para Desinfecção e Esterilização Hospitalar em Geral e de Alto Nível, Produto com Registro no Ministério da Saúde. Apresentação: Galão de 5 Litros e Validade Mínima de 24 Meses.	Galão de 5 L - Unidade		405280	R\$ 190,00		5						5	R\$ 950,00	
	22	Ácidos Graxos Essenciais, Composição: Composto dos Ácidos Caprílico, Cáprico, Láurico, Componentes Linoléico, Lecitina de Soja, Apresentação: Associados com Vitaminas 'A' e 'E', Tipo: Loção Oleosa.	Frasco com 200 ml - Unidade	AGETROL	452484	R\$ 24,40	1	3	6		8			18	R\$ 439,20	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
2 (exclusivo ME/EPP)	23	Agulha Hipodérmica Descartável, Corpo de Aço Inoxidável Biselado, Canhão em Plástico, Provida de Protetor, Calibre 25 x 0,7 mm, Esterilizada a Óxido de Etileno, Embalagem Individual.	Caixa com 100 Und.	DESCARPACK / BD-BECTON DICKINSON	480836	R\$ 15,00		1	40					41	R\$ 615,00	R\$ 35.225,56
	24	Agulha Hipodérmica Descartável, Corpo de Aço Inoxidável Biselado, Canhão em Plástico, Provida de Protetor, Calibre 40 x 0,12 mm, Esterilizada a Óxido de Etileno, Embalagem Individual.	Caixa com 100 Und.	DESCARPACK / BD-BECTON DICKINSON	439921	R\$ 19,00		1	40	2				43	R\$ 817,00	
	25	Bandeja, Material: Aço Inoxidável, Tipo: Lisa, Dimensões: Cerca de 20 x 10 x 1 cm, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade		440147	R\$ 50,01		3	19		2			24	R\$ 1.200,24	
	26	Cateter Periférico, Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Aço Inox, Diâmetro: 23 Gau, Componente Adicional: C/ Asa de Fixação, Tubo Extensor, Conector: Padrão C/ Tampa, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	Unidade		629681	R\$ 2,00		20	600					620	R\$ 1.240,00	
	27	Cateter Periférico, Material Cateter: Polímero Radiopaco, Aplicação: Venoso, Material Agulha: Aço Inox, Diâmetro: 18 Gau, Comprimento: Cerca 45 mm, Conector: Padrão, Componente 1: Câmara Refluxo C/ Filtro, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo NR/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	Unidade		625223	R\$ 3,74		20	50					70	R\$ 261,80	
	28	Coletor Material Pérfuro-cortante, Material: Polipropileno, Capacidade Total: 3 L, Acessórios: Alças Rígidas e Tampa, Tipo: Uso Descartável, Atóxico, Apirrogênico.	Unidade	DESCARPACK / DESCARBOX	410223	R\$ 9,12	2	10	40	5	5			62	R\$ 565,44	
	29	Coletor Material Pérfuro-cortante, Material: Papelão, Capacidade Total: 13 L, Acessórios: Alças Rígidas e Tampa, Componentes Adicionais: Revestimento Interno em Polietileno Alta Densidade, Tipo Uso: Descartável.	Unidade		323092	R\$ 9,50		5	50		2			57	R\$ 541,50	
	30	Detergente Enzimático, Composição: A Base de Amilase, Protease, Lipase e Carbohidrase. Apresentação: Frasco de 1 Litro.	Frasco de 1 L - Unidade		323092	R\$ 41,50	3		10					13	R\$ 539,50	
	31	Embalagem P/ Esterilização, Material: Papel Grau Cirúrgico, Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado, Gramatura/Espessura: Cerca de 60 G/m2, Apresentação: Envelope, Componentes Adicionais: Termosselante, Tamanho: Cerca de 20 x 30 cm, Componentes: C/ Indicador Químico, Tipo Uso: Único, Características: Auto Selante. Apresentação: Pacote com 200 Envelopes.	Pacote com 200 Envelopes	CRISTÓFOLI / HOSPFLX	616888	R\$ 135,68	10		6	3	1			20	R\$ 2.713,60	
	32	Embalagem P/ Esterilização, Material: Papel Grau Cirúrgico, Componentes: C/indicador Químico, Componentes Adicionais: Termosselante, Gramatura/Espessura: Cerca de 60 G/m2, Tamanho: Cerca de 25 cm, Apresentação: Rolo, Tipo Uso: Único, Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado.	Rolo de 50 m - Unidade		616888	R\$ 76,81	2	2	2					6	R\$ 460,86	
	33	Equipo de Infusão Venosa Gravitacional, Material: Pvc Transparente, Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível, C/ Filtro , Regulador de Fluxo Manual: Pinça Roleta, Comprimento Tubo: Até 180 cm , Tipo Injetor Lateral: S/ Injetor, Conector Paciente: Luer, Esterilidade: Estéril, Uso Único, Tipo Embalagem: Individual.	Unidade		616945	R\$ 5,21			800					800	R\$ 4.168,00	
	34	Fio de Sutura Agulhado, Material Fio: Nylon/Poliamida Preto, Modelo Fio: Monofilamentar, Diâmetro Fio: 4-0, Comprimento Fio: Cerca de 45 cm, Tipo Agulha: 3/8 Circulo, Modelo Agulha: Cortante Reversa/Invertida, Comprimento Agulha: Cerca de 30 mm, Esterilidade: Estéril, Apresentação: Embalagem Individual.	Unidade	PROCARE / SHALON	632588	R\$ 3,10	5	50		30	50			135	R\$ 418,50	
	35	Frasco Borrifador, Tipo: Pet, com Válvula do Tipo Gatilho de 28 ml, Pulveriza Líquidos em Pequenas Goticulas, Utilizado em Limpeza em Geral, Matéria Prima: Pet, Válvula (polipropileno). Apresentação: Capacidade para 500 ml.	Unidade		625052	R\$ 7,16		20	5	3		2		30	R\$ 214,80	
	36	Indicador Biológico, Tipo: Segunda Geração, Apresentação: Autocontido, Ampola com Meio de Cultura, Espécie: Bacillus Stearothermophilus, Características Adicionais: Resposta em 24 Horas, Aplicação: para Esterilização a Vapor.	Caixa com 10 Und.	MAQUIRA / CLEAN TEST	624434	R\$ 45,77				10				10	R\$ 457,70	
	37	Indicador Químico, Classe: Classe V, Tipo: Integrador, Apresentação: Pacote com 50 Unidades Pronto para Teste, Uso Único, Características Adicionais: Para Esterilização a Vapor, Componentes Adicionais: Indicador Químico Externo para Controle Exposição.	Pacote com 50 Und.	CLEAN TEST	484666	R\$ 64,56				10				10	R\$ 645,60	
	38	Lâmina Bisturi, Material: Aço Inoxidável, Tamanho: Nº 12, Tipo: Descartável, Esterilidade: Estéril, Características Adicionais: Embalada Individualmente.	Unidade		445677	R\$ 4,79	10	20	2					32	R\$ 153,28	
	39	Lâmina Bisturi, Material: Aço Inoxidável, Tamanho: Nº 24, Tipo: Descartável, Esterilidade: Estéril, Características Adicionais: Embalada Individualmente.	Caixa com 100 Und.		445674	R\$ 52,13			1	2		1		4	R\$ 208,52	
	40	Lanceta de Segurança, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Ponta Afiada, Trifacetada, Uso Descartável, 25g, 0,36 mm Agulha, 1,5 mm Profundidade de Penetração.	Caixa com 200 Und.		389338	R\$ 54,37	1		2		4			7	R\$ 380,59	
	41	Lanterna Não Elétrica, Material: Plástico Resistente, Quantidade Pilhas: 2, Tamanho Pilha: D, Comprimento: 18 cm, Cor: Amarela, Tipo Lâmpada: Led, Alimentação: Pilha.	Unidade		611238	R\$ 41,50	13	3	7					23	R\$ 954,50	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
	42	Lençol Descartável, Material: Papel, Largura: 0,70m, Comprimento: 50m, Apresentação/Unidade: Rolo de 50m.	Rolo de 50 m - Unidade	DESCARPACK / ANIN	481807	R\$ 20,20	5	5	12	5	5			32	R\$ 646,40	
	43	Lixeira com Pedal 50 L, Confeccionada em Polipropileno, Tampa Acionada Através de Pedal Plástico, Evitando o Contato Manual, Cor a Escolher.	Unidade	TRAMONTINA / BRINOX	629854	R\$ 125,00		5	40	3				48	R\$ 6.000,00	
	44	Máscara Gasoterapia, Aplicação: P/ Reanimação Cardiopulmonar Boca a Boca, Modelo: Facial, Material: Plástico, Tamanho: Único, Componente Adicional: C/ Válvula Unidirecional, Adicionais: de Bolso.	Unidade		623740	R\$ 13,83	13		3					16	R\$ 221,28	
	45	Pinça Anatômica, Modelo 1: Adson, Formato Ponta: Reta, Tipo Ponta: Serrilhada, Comprimento Total: Cerca de 12 cm, Componente: S/ Cremalheira, Material: Aço Inoxidável, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade	GOLGRAN	468016	R\$ 19,89		6	5					11	R\$ 218,79	
	46	Pinça Anatômica, Modelo 1: Dissecção, Formato Ponta: Reta, Tipo Ponta: Serrilhada, Comprimento Total: Cerca de 12 cm, Componente: S/ Cremalheira, Material: Aço Inoxidável, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade	GOLGRAN	467987	R\$ 20,00		6	6					12	R\$ 240,00	
	47	Pinça Cirúrgica, Modelo 1: Kelly, Formato Ponta: Reta, Tipo Ponta: Serrilhada, Comprimento Total: Cerca de 14 cm, Componente: C/ Cremalheira, Material: Aço Inoxidável, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade	GOLGRAN	467838	R\$ 39,00		6	20		2			28	R\$ 1.092,00	
	48	Pinça Cirúrgica, Material: Aço Inoxidável, Modelo: Kelly, Tipo: Ponta Reta, Comprimento: 10 cm, Tipo Cabo: Com Trava.	Unidade	GOLGRAN	630691	R\$ 32,44		6	20					26	R\$ 843,44	
	49	Porta-Agulha Instrumental, Modelo: Mayo Hegar, Tipo Ponta: Reta, Haste: Reta, Adicional 1: Com Trava, Comprimento Total: Cerca de 14 cm, Material: Aço Inoxidável, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade	GOLGRAN	471172	R\$ 62,00		6	6					12	R\$ 744,00	
	50	Saco Plástico Lixo, Capacidade: 100 L, Cor: Branco Leitoso, Características Adicionais: Com Simbologia de Substância Infectante, Normas Técnicas: NBR 7500, NBR 9191, Material: Polietileno.	Pacote com 100 Und.		632002	R\$ 44,29		2						2	R\$ 88,58	
	51	Saco Plástico Lixo, Capacidade: 60 L, Cor: Branco Leitoso, Características Adicionais: Com Simbologia de Substância Infectante, Normas Técnicas: NBR 7500, NBR 9191, Material: Polietileno.	Pacote com 100 Und.	DESCARPACK / DESCARBOX	626245	R\$ 33,85		10	25	2				37	R\$ 1.252,45	
	52	Seringa, Material: Polipropileno, Capacidade: 10 ml, Tipo Bico: Central Luer Lock ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo de Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual.	Caixa com 100 Und.	DESCARPACK / BD-BECTON DICKINSON	630425	R\$ 51,13		1	25		1			27	R\$ 1.380,51	
	53	Seringa, Material: Polipropileno, Capacidade: 20 ml, Tipo Bico: Central Luer Lock ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo de Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual.	Caixa com 100 Und.	DESCARPACK / BD-BECTON DICKINSON	457844	R\$ 61,93		1	20	1	1			23	R\$ 1.424,39	
	54	Seringa, Material: Polipropileno, Capacidade: 5 ml, Tipo Bico: Central Luer Lock ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo de Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual.	Caixa com 100 Und.	DESCARPACK / BD-BECTON DICKINSON	630426	R\$ 34,40		1	40		1			42	R\$ 1.444,80	
	55	Tentacânula, Material: Aço Inoxidável, Modelo: Anatômica, Tipo Ponta: Fina, Comprimento: 13,5 cm.	Unidade		377846	R\$ 18,36		6						6	R\$ 110,16	
	56	Tesoura Instrumental, Modelo 1: Joseph, Tipo Ponta: Curva, Característica Ponta: C/ Videca, Haste: Reta, Comprimento Total: Cerca de 14 cm, Material: Aço Inoxidável, Esterilidade: Esterilizável.	Unidade	GOLGRAN	471583	R\$ 37,30			15					15	R\$ 559,50	
	57	Tesoura, Material: Aço Inoxidável, Tipo: Spencer, Ponta Reta.	Unidade	GOLGRAN	471597	R\$ 43,00	13	6			2			21	R\$ 903,00	
	58	Adesivo Dental, Tipo: Ativação Dual, Componentes: Autocondicionante, Composição: Dois Componentes, Passo Único, Apresentação: Conjunto Completo.	Frasco - Unidade	3M ESPE (SINGLE BOND UNIVERSAL)	421227	R\$ 205,57	2		2	2	6			12	R\$ 2.466,84	
	59	Agulha Odontológica, Material: Aço Inoxidável Silicônico, Aplicação: Gengival / Anestesia, Dimensão: 27 G Longa, Tipo Ponta: Com Bisel Trifacetado, Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Apresentação: C/ Protetor Plástico e Lacre.	Caixa com 100 Und.	DFL / DESCARPACK	442144	R\$ 51,00	1		1	1				3	R\$ 153,00	
	60	Agulha Odontológica, Material: Aço Inoxidável Silicônico, Aplicação: Gengival / Anestesia, Dimensão: 27 G Curta, Tipo Ponta: Com Bisel Trifacetado, Tipo Conexão: Conector P/ Seringa Carpule, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Apresentação: C/ Protetor Plástico e Lacre.	Caixa com 100 Und.	DFL / DESCARPACK	442143	R\$ 43,59	1		1	1				3	R\$ 130,77	
	61	Aplicador Odontológico, Tipo Haste: Dobrável, Tipo Uso: Descartável, Material: Plástico, Características Adicionais: Pontas Fibras Não Absorventes, Tipo Ponta: Fina.	Pacote com 100 Und.	FGM	410560	R\$ 22,72	2		1					3	R\$ 68,16	
	62	Bicarbonato de Sódio, Aspecto Físico: Pó Branco, Fino, Composição: NaHCO3, Pureza Mínima: Teor de Pureza Mínima 99,5%, Peso Molecular: 84,01 G/MOL, Número de Referência Química: Cas 144-55-8, Uso Exclusivo em Odontologia para Profilaxia, Granulometria Controlada.	Frasco de 250 mg	POLIDENT	412637	R\$ 23,37	2		5					7	R\$ 163,59	
	63	Cimento de Ionômero de Vidro, Tipo: Forração, Ativação: Autopolimerizável, Aspecto Físico: Pó + Líquido, Apresentação: Conjunto Completo.	Unidade	VIDRION / SDI	444369	R\$ 35,82	2		2	4	3			11	R\$ 394,02	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTÁI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
3 (exclusivo ME/EPP)	64	Cimento Odontológico, Composição: Fosfato de Zinco, Aspecto Físico: Pó + Líquido Apresentação: Conjunto Completo.	Unidade	VIDRION	441493	R\$ 36,00	1							1	R\$ 36,00	RS 14.141,65
	65	Condicionador Dental, Tipo: Ácido Fosfórico, Concentração: 37%, Aspecto Físico: Gel.	Seringa de 2,50 ml - Unidade	MAQUIRA	426464	R\$ 8,35	3				10			13	R\$ 108,55	
	66	Escova de Robson, Uso Odontológico, Tipo Ponta: Taça, Uso: Contra-Ângulo, Cor: Branca.	Unidade		431408	R\$ 10,60	20		50	300				370	R\$ 3.922,00	
	67	Fio Retrator Gengival, Material: Algodão Trançado ou Tricotado, Tipo: Impregnado C/ Sais de Zinco ou Alumínio, Espessura: Ultra Extra Fino, Apresentação: Embalagem C/ Cerca de 2 m, Tipo Uso: Estéril / Descartável.	Unidade	ULTRAPAK	467271	R\$ 25,62				2				2	R\$ 51,24	
	68	Fio Retrator Gengival, Material: Algodão Trançado ou Tricotado, Espessura: Ultra Extra Fino, Tipo: Não Impregnado, Apresentação: Embalagem C/ Cerca de 2,5 m, Tipo Uso: Estéril / Descartável.	Unidade	ULTRAPAK	467271	R\$ 74,99	1			2				3	R\$ 224,97	
	69	Fluoreto de Sódio, Concentração: 0,05%, Forma Farmacêutica: Solução Bucal.	Frasco de 200 ml		301906	R\$ 19,41		5			20			25	R\$ 485,25	
	70	Fluoreto de Sódio, Concentração: 1,23%, Forma Farmacêutica: Gel Tixotrópico, Característica Adicional: Acidulado. Referência: Fluorsul ou de Qualidade Equivalente ou Superior.	Frasco de 200 ml	DFL / FLUORSUL	428101	R\$ 7,63	1	5	1	4	10			21	R\$ 160,23	
	71	Hidróxido de Cálcio, Uso Odontológico, Tipo: Cimento, Aspecto Físico: Base + Catalisador, Apresentação: Conjunto Completo.	Unidade	MAQUIRA / DENTSPLY	421356	R\$ 74,00	1		1	1				3	R\$ 222,00	
	72	Lubrificante Odontológico, Composição Básica: Óleo Mineral, Apresentação: Spray Com Adaptador, Aplicação: Caneta de Alta e Baixa Rotação, Características Adicionais: Sem Cfc.	Unidade 200ml	MAQUIRA / SCHUSTER	246952	R\$ 47,40	2		2	2				6	284,40	
	73	Pasta Profilática, Composição Básica: Pedra Pomes, Composição: Lauril Sulfato de Sódio, Características Adicionais: Com Fluor.	Unidade 90g	DENTSPLY / SS WHITE	434931	R\$ 9,85	1		1	4				6	59,10	
	74	Prendedor Odontológico Guardanapo, Material: Aço Inoxidável, Tipo: De Corrente, Comprimento Corrente: 40 cm, Tipo Uso: Odontológico.	Unidade		253697	R\$ 12,58	2		2					4	50,32	
	75	Resina Composta, Tipo: Fotopolimerizável, Tamanho Partículas: Nanoparticuladas, Aspecto Físico: Pastosa, Cor: A1.	Unidade 4g	Z350 da 3M	477433	R\$ 160,00	2		1		5			8	1.280,00	
	76	Resina Composta, Tipo: Fotopolimerizável, Tamanho Partículas: Nanoparticuladas, Aspecto Físico: Pastosa, Cor: A2.	Unidade 4g	Z350 da 3M	477433	R\$ 160,00	2		3	2	5			12	1.920,00	
4 (exclusivo ME/EPP)	77	Resina Composta, Tipo: Fotopolimerizável, Tamanho Partículas: Nanoparticuladas, Aspecto Físico: Pastosa, Cor: A3.	Unidade 4g	Z350 da 3M	477433	R\$ 160,00	2		2	2	5			11	R\$ 1.760,00	RS 14.274,78
	78	Tira Abrasiva, Uso Odontológico, Material: Poliéster + Óxido de Alumínio, Tipo Centro: Neutro, Comprimento: Cerca de 170 mm, Largura: Cerca de 4 mm, Tipo Uso: Descartável.	Caixa com 50 Und.	TDV	423570	R\$ 18,07		1		2				3	R\$ 54,21	
	79	Tira Abrasiva, Uso Odontológico, Material: Aço Inoxidável Diamantado, Tipo Centro: Neutro, Comprimento: Cerca de 150 mm, Largura: Cerca de 3 mm, Apresentação: Serrilhada, Tipo Uso: Esterilizável.	Embalagem com 12 Und.	MICRODONT	450620	R\$ 49,00		1		2				3	R\$ 147,00	
	80	Esfigmomanômetro, Ajuste: Digital, Tipo: de Braço, Faixa de Operação: Até 300 mmHg, Material Braçadeira: Nylon, Tipo Fecho: Velcro, Tamanho: Adulto.	Unidade	OMRON HEM-7122 / G-TECH LA800	485445	R\$ 163,91	14	2	2	1	2			21	R\$ 3.442,11	
	81	Esfigmomanômetro, Tipo: Aneróide, Componentes: Braçadeira, Manguito, Pera, Válvula com Rosca, Capacidade Medida: de 0 a 300 mmHg, Características Adicionais: Fecho Em Velcro, Aplicação: Medição Pressão Arterial em Unidade.	Unidade		485445	R\$ 127,24		3	1					4	R\$ 508,96	
	82	Estetoscópio, Haste: Aço Inox , Tubo: "Y" PVC, Auscultador: Duplo Aço Inox C/ Anel de Borracha, Tipo: Biauricular, Tamanho: Adulto, Acessórios: Olivas Anatômicas de Silicône.	Unidade		609094	R\$ 250,00		2	6					8	R\$ 2.000,00	
	83	Kit Aparelho Medidor de Glicose, Monitor Portátil, Operação: Digital, Tipo Amostra: Sangue Capilar, Tipo de Análise: Quantitativo de Glicose, Faixa de Operação: Até 600 mg/dl, Tempo de Resposta: Até 5 segundos, Memória: 500 Testes, Componentes Inclusos: Aparelho Medidor de Glicose, 100 Tiras Reagentes de Glicemia Capilar, 100 Lancetas, 1 Lancetador (Caneta Lancetadora), Baterias/pilhas Compatíveis, 1 Tira de Verificação Com a Solução de Controle, 1 Estojo para Transporte, 1 Guia do Usuário, 1 Guia de Início Rápido, 1 Caderno de Autoavaliação e 1 Folheto Instrutivo das Tiras de Medição.	Unidade	G-TECH FREE NO CODE	389557	R\$ 67,00	15	5	4					24	R\$ 1.608,00	
	84	Oxímetro de Dedo Portátil, Mede e Mostra Valores Confiáveis da SpO2 e da Frequência Cardíaca, Compacto, Leve e Fácil de Transportar e Operar.	Unidade	G-TECH / MULTILASER	607402	R\$ 124,66	14	3	2	1				20	R\$ 2.493,20	
	85	Termômetro Clínico Digital - Axilar	Unidade		623736	R\$ 22,99	14	5	6		4			29	R\$ 666,71	
	86	Tiras Reagentes de Glicemia Capilar para Diagnóstico Clínico, Tipo de Análise: Quantitativo de Glicose, Características Adicionais: Capilar, Venoso, Arterial ou Neonatal.	Embalagem com 50 Und.	ACCU-CHEK ACTIVE	619256	R\$ 86,32	1		5					6	R\$ 517,92	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
	87	Tiras Reagentes de Glicemia Capilar para Diagnóstico Clínico, Tipo de Análise: Quantitativo de Glicose, Características Adicionais: Capilar, Venoso, Arterial ou Neonatal.	Embalagem com 50 Und.	ACCU-CHEK PERFORMA	362318	R\$ 108,99				1				1	R\$ 108,99	
	88	Tiras Reagentes de Glicemia Capilar para Diagnóstico Clínico, Tipo de Análise: Quantitativo de Glicose, Características Adicionais: Capilar, Venoso, Arterial ou Neonatal.	Embalagem com 50 Und.	G-TECH FREE NO CODE	362318	R\$ 93,44	1	5	10		10			26	R\$ 2.429,44	
	89	Tiras Reagentes de Glicemia Capilar para Diagnóstico Clínico, Tipo de Análise: Quantitativo de Glicose, Características Adicionais: Capilar, Venoso, Arterial ou Neonatal.	Embalagem com 50 Und.	ON CALL PLUS II	362318	R\$ 99,89			4	1				5	R\$ 499,45	
5 (exclusivo ME/EPP)	90	Bolsa Térmica, Uso em Saúde, Material: Polímero, Composição: C/ Gel Atóxico, Capacidade: Cerca 500 ml, Características Adicionais: Selada.	Unidade	TERMOGEL / MERCUR	433756	R\$ 21,75	13	3	4	10	5	1		36	R\$ 783,00	R\$ 14.538,88
	91	Bolsa, Tipo: 4 Bolsos, Com Alças Para Mãos e Ombro, Material: Cordura, Comprimento: 50 cm, Largura: 25 cm, Altura: 35 cm, Características Adicionais: Divisórias Tipo Colmeia/Pochete Fixada com Velcro, Aplicação: Guarda de Material de Primeiros-Socorros.	Unidade	BOLSA PRIMEIROS SOCORROS	441758	R\$ 222,69	13	1			1			15	R\$ 3.340,35	
	92	Imobilizador (Tala), Material: Metal Revestido de E.V.A., Tipo: Aramado, Tamanho: Cerca de 30 x 8 cm.	Unidade		452237	R\$ 13,30	13	5	40					58	R\$ 771,40	
	93	Imobilizador (Tala), Material: Metal Revestido de E.V.A., Tipo: Aramado, Tamanho: Cerca de 10 x 2 cm.	Unidade		452235	R\$ 8,00	13	10	50					73	R\$ 584,00	
	94	Imobilizador (Tala), Material: Metal Revestido de E.V.A., Tipo: Aramado, Tamanho: Cerca de 15 x 2 cm.	Unidade		452236	R\$ 10,76	13	20	50					83	R\$ 893,08	
	95	Imobilizador (Tala), Material: Metal Revestido de E.V.A., Tipo: Aramado, Tamanho: Cerca de 85 x 10 cm.	Unidade		452240	R\$ 15,00	13	5						18	R\$ 270,00	
	96	Maca de Resgate, Material: Polietileno, Tipo: Prancha, Tamanho: Adulto, Largura: Cerca de 0,40 m, Capacidade de Carga: Até 250 kg, Componentes: Até 5 Cintos de Segurança e 1 Cinto Imobilizador para Cabeça.	Unidade		411867	R\$ 570,00	13							13	R\$ 7.410,00	
	97	Saco, Material: Polietileno, Altura: 24 cm, Largura: 17 cm, Espessura: 0,1 mm, Transmittância: Transparente, Aplicação: Para Coletar Amostras, Cor: Incolor, Características Adicionais: Liso, Atóxico, Inodoro, Fechamento: Tipo Zip Lock.	Pacote com 100 Und.		615892	R\$ 32,47	13	2						15	R\$ 487,05	
	98	Aciclovir, Dosagem: 50 mg/g, Uso: Creme.	Bisnaga de 10 g - Unidade		268375	R\$ 5,46	2	50	10		20			82	R\$ 447,72	
	99	Ácido Acetilsalicílico, Associado com Ácido Cítrico, Bicarbonato e Carbonato de Sódio, Concentração: 325 mg + 1.413 mg + 1.854 mg + 400 mg. Tipo Uso: Efervescente.	Comprimido	SONRISAL	608134	R\$ 2,30	20	300			500			820	R\$ 1.886,00	
	100	Ácido Acetilsalicílico, Dosagem: 100 mg.	Comprimido	ASPIRINA	267502	R\$ 0,25		50			100			150	R\$ 37,50	
	101	Ácido Ascórbico, Vitamina C, Injetável, Ampola de 5 ml, Apresentação: Caixa com 100 Ampolas.	Caixa com 100 Ampolas		271687	R\$ 0,76			4					4	R\$ 3,04	
	102	Ácido Bórico, Composição: Associado ao Cloreto de Benzalcônio, Concentração: 17 mg/ml + 01 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Oftálmica.	Frasco de 10 ml - Unidade	HIGICLER	435401	R\$ 33,90	1	5			15			21	R\$ 711,90	
	103	Ácido Mefenâmico, Dosagem: 500 mg.	Comprimido	PONTIN	271670	R\$ 1,10	10	500	200		600			1.310	R\$ 1.441,00	
	104	Água Destilada, Aspecto Físico: Estéril e Apirogênica.	Ampola de 10 ml - Unidade		315056	R\$ 1,00			600					600	R\$ 600,00	
	105	Alprazolam, Concentração: 0,50 mg, Adicional: Liberação Lenta.	Comprimido	FRONTAL	440771	R\$ 1,37		100			150			250	R\$ 342,50	
	106	Ambroxol, Composição: Sal Cloridrato, Concentração: 6 mg/ml, Forma Farmacêutica: Xarope.	Frasco de 120 ml - Unidade	AMBROXMEL	446263	R\$ 12,71		100	100		60			260	R\$ 3.304,60	
	107	Amoxicilina, Concentração: 500 mg.	Comprimido		271089	R\$ 1,40	10	500			1500			2.010	R\$ 2.814,00	
	108	Amoxicilina, Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio, Concentração: 875 mg + 125 mg.	Comprimido		353333	R\$ 3,43		1000	600		1500			3.100	R\$ 10.633,00	
	109	Azitromicina, Dosagem: 500 mg.	Comprimido		268951	R\$ 5,15		700	200		300			1.200	R\$ 6.180,00	
	110	Betametasona, Composição: Dipropionato, Apresentação: Associada com Gentamicina Sulfato, Dosagem 0,5 mg + 1 mg/g, Uso Pomada.	Bisnaga de 30 g - Unidade	TROK-G	449186	R\$ 19,99		3	20		20			43	R\$ 859,57	
	111	Bicarbonato de Sódio, Composição: Associado com Ácido Cítrico e Carbonato de Sódio, Concentração: 2,30 g + 2,20 g + 0,50 g, Forma Farmacêutica: Pó Efervescente.	Sachê de 5 g - Unidade	SAL DE FRUTA ENO	340347	R\$ 2,07	20	2000	400		2000			4.420	R\$ 9.149,40	
	112	Brometo de Ipratrópio, Dosagem: 0,25 mg/ml, Uso: Solução para Inalação.	Frasco de 20 ml - Unidade		268331	R\$ 5,01		10			7			17	R\$ 85,17	
	113	Bromoprida, Dosagem: 10 mg.	Comprimido		269954	R\$ 0,47	20	1600	1000		400			3.020	R\$ 1.419,40	
	114	Bromoprida, Dosagem: 4 mg, Apresentação: Gotas.	Frasco de 20 ml - Unidade		269956	R\$ 7,21		5	0		10			15	R\$ 108,15	
	115	Captopril, Concentração: 25 mg.	Comprimido		267613	R\$ 0,27		50	20		50			120	R\$ 32,40	
	116	Carmelose Sódica, Concentração: 5mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Oftálmica.	Frasco de 10 ml - Unidade	ECOFILM	305428	R\$ 23,70		10	20		10			40	R\$ 948,00	
	117	Cetoconazol, Dosagem: 20 mg, Forma Farmacêutica: Creme Tópico.	Bisnaga de 30 g - Unidade		308736	R\$ 6,00		5	20		10			35	R\$ 210,00	
	118	Clonazepam, Dosagem: 2,5 mg, Apresentação: Solução Oral - Gotas. Referência: Rivotril ou de Qualidade Equivalente ou Superior	Frasco de 20 ml - Unidade	RIVOTRIL	270120	R\$ 9,28		5			8			13	R\$ 120,64	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
6 (Ampla concorrência)	119	Cloreto de Sódio, Concentração: 0,9 %, Forma Farmacêutica: Solução Estéril Não Injetável.	Frasco de 100 ml - Unidade		371273	R\$ 7,00	12	20	50	15	20			117	R\$ 819,00	R\$ 135.622,34
	120	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9%, Solução Injetável, Aplicação: Sistema Fechado.	Frasco de 500 ml - Unidade		268236	R\$ 14,08		20	300		20			340	R\$ 4.787,20	
	121	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9%, Solução Injetável, Aplicação: Sistema Fechado.	Frasco de 250 ml - Unidade		268236	R\$ 9,42		20	100		40			160	R\$ 1.507,20	
	122	Clorfenamina Maleato, Composição: Associada ao Paracetamol e Fenilefrina, Concentração: 4 mg + 400 mg + 4 mg.	Cápsula	RESFEGRIPE / GRIPALCÊ	270983	R\$ 0,64		200	500		1000			1.700	R\$ 1.088,00	
	123	Cloridrato de Prometazina, Dosagem: 20 mg, Apresentação: Creme.	Bisnaga de 30 g - Unidade	PROMERGAN	269389	R\$ 19,45		10	20		15			45	R\$ 875,25	
	124	Cloridrato de Prometazina, Dosagem: 25 mg, Apresentação: Comprimido.	Comprimido		267768	R\$ 0,30		200	200		100			500	R\$ 150,00	
	125	Cloridrato de Prometazina, Dosagem: 25 mg, Apresentação: Solução Injetável, Ampola de 2 ml.	Ampola de 2 ml - Unidade		267769	R\$ 5,37		10	250					260	R\$ 1.396,20	
	126	Cloridrato de Propranolol, Dosagem: 40 mg.	Comprimido		267772	R\$ 0,26		20			50			70	R\$ 18,20	
	127	Dexametasona, Concentração: 0,5 mg, Apresentação: comprimidos.	Comprimido		267644	R\$ 0,45	20				200			220	R\$ 99,00	
	128	Dexametasona, Dosagem: 0,1 mg, Apresentação: Elixir – Frasco com 120 ml.	Frasco de 120 ml - Unidade		268243	R\$ 9,70			100		60			160	R\$ 1.552,00	
	129	Dexametasona, Dosagem: 0,1%, Apresentação: Creme.	Bisnaga de 10 g - Unidade		446495	R\$ 7,80		5	20		10			35	R\$ 273,00	
	130	Dexametasona, Dosagem: 0,1%, Apresentação: Solução Ofálmica.	Frasco de 5 ml - Unidade		267187	R\$ 11,14		2	0		10			12	R\$ 133,68	
	131	Dexametasona, Dosagem: 4 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Apresentação: Ampola de 2,5 ml, Caixa com 120 Ampolas.	Caixa com 120 Ampolas		292427	R\$ 1,80			3					3	R\$ 5,40	
	132	Diclofenaco Sódico, Dosagem: 25mg/ml, Apresentação: Solução Injetável, Apresentação: Ampola de 3 ml, Caixa com 50 Ampolas.	Caixa com 50 Ampolas de 3 ml		271003	R\$ 1,09			4					4	R\$ 4,36	
	133	Diclofenaco, Apresentação: Sal Sódico, Dosagem: 50 mg.	Comprimido		271000	R\$ 1,00		200	300					500	R\$ 500,00	
	134	Diclofenaco, Composição: Sal Dietilamônio, Concentração: 10 mg/g, Forma Farmacêutica: Aerosol Tópico.	Frasco - Unidade	BIOFENAC	448613	R\$ 21,83	6							6	R\$ 130,98	
	135	Dipirona Sódica, Composição: Associada à Cafeína e Isometeptoeno, Concentração: 300 mg + 30 mg + 30 mg.	Comprimido	NEOSALDINA / NERALGYN	270633	R\$ 1,28	30	500	400		1000			1.930	R\$ 2.470,40	
	136	Dipirona Sódica, Dosagem: 500 mg.	Comprimido	NOVALGINA	267203	R\$ 1,33	80	3000	1000		1500			5.580	R\$ 7.421,40	
	137	Dipirona Sódica, Dosagem: 500 mg/ml, Apresentação: Solução Injetável, em Ampola 2 ml, Caixa com 100 Ampolas.	Caixa com 100 Ampolas		268252	R\$ 1,21			5					5	R\$ 6,05	
	138	Dipirona Sódica, Dosagem: 500 mg/ml, Apresentação: Solução Oral (gotas).	Frasco de 20 ml - Unidade		267205	R\$ 6,02		20			30			50	R\$ 301,00	
	139	Epinefrina, Concentração: 0,5 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Caneta Aplicadora.	Unidade		437587	R\$ 2.750,00	6							6	R\$ 16.500,00	
	140	Escopolamina Butilbrometo, Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica, Dosagem: 10 mg + 250 mg.	Comprimido	BUSCOPAN	270620	R\$ 1,28	70	1500	200		1000			2.770	R\$ 3.545,60	
	141	Escopolamina Butilbrometo, Associada com Dipirona Sódica, Dosagem: 4 mg + 500 mg/ml, Apresentação: Injetável. Ampola 5 ml, Caixa com 100 Ampolas.	Caixa com 100 Ampolas	BUSCOPAN COMPOSTO	270621	R\$ 2,45			2					2	R\$ 4,90	
	142	Escopolamina Butilbrometo, Dosagem: 10 mg.	Comprimido		267283	R\$ 0,80		1000	30		200			1.230	R\$ 984,00	
	143	Escopolamina Butilbrometo, Dosagem: 20 mg/ml, Apresentação: Injetável. Ampola de 1 ml.	Ampola de 1 ml - Unidade	BUSCOPAN SIMPLES	270621	R\$ 1,96		20	20					40	R\$ 78,40	
	144	Extrato Medicinal, Composição: Passiflora Incarnata, Concentração: 260 mg.	Comprimido	SEAKALM	433657	R\$ 1,12		200	300		600			1.100	R\$ 1.232,00	
	145	Extrato Medicinal, Princípio Ativo: Passiflora Incarnata, Carataegus Oxyacantha, Composição: Salix Alba, Concentração: 100 mg + 30 mg + 100 mg.	Comprimido	PASALIX	305808	R\$ 1,67		200			600			800	R\$ 1.336,00	
	146	Extrato Medicinal, Princípio Ativo: Passiflora Incarnata, Crataegus Oxyacantha, Composição: Salix Alba, Concentração: 50 mg + 0,10 ml + 0,7 ml, Forma Farmacêutica: Solução Oral.	Frasco de 100 ml - Unidade	CALMAN	408498	R\$ 70,99		5			50			55	R\$ 3.904,45	
	147	Fluconazol, Dosagem: 150 mg.	Embalagem com 2 Cápsula		267662	R\$ 5,59		10	25		25			60	R\$ 335,40	
	148	Glicose, Concentração: 25%, Indicação: Solução Injetável.	Ampola de 10 ml - Unidade		267540	R\$ 1,19			200					200	R\$ 238,00	
	149	Glicose, Concentração: 40%, Forma Farmacêutica: Gel Oral, Característica Adicional: Formulação Especialmente Manipulada.	Embalagem com 5 bisnagas (Und 15g)		603242	R\$ 18,40	5							5	R\$ 92,00	
	150	Glicose, Concentração: 50%, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado.	Frasco de 500 ml - Unidade		353564	R\$ 26,97			50					50	R\$ 1.348,50	
	151	Hidrocortisona, Dosagem: 500 mg, Uso: Injetável. Frasco/Ampola com 2ml, Caixa com 50 Ampolas.	Caixa com 50 Ampolas		438111	R\$ 12,91			2					2	R\$ 25,82	
	152	Ibuprofeno, Dosagem: 300 mg.	Comprimido		267395	R\$ 0,62		200			800			1.000	R\$ 620,00	
	153	Ibuprofeno, Dosagem: 600 mg.	Comprimido		267395	R\$ 0,82	60	800	1000		800			2.660	R\$ 2.181,20	
	154	Levocetirizina, Composição: Sal Dipropionato, Concentração: 5 mg.	Comprimido	ZINA	406487	R\$ 2,61		300	20		200			520	R\$ 1.357,20	
	155	Lidocaína Cloridrato, Composição: Associada com Epinefrina, Dosagem: 2% + 1:100.000, Apresentação: injetável (Tubete de Vidro).	Caixa com 50 Unid.	DFL	269851	R\$ 183,14				2				2	R\$ 366,28	
	156	Loperamida, Dosagem: 2 mg.	Comprimido		273264	R\$ 0,46		50						50	R\$ 23,00	
	157	Loratadina, Concentração: 10 mg.	Comprimido		273466	R\$ 0,77	20	200	500		200			920	R\$ 708,40	
	158	Losartana Potássica, Dosagem: 50 mg.	Comprimido		287473	R\$ 0,67		50			50			100	R\$ 67,00	

Apêndice I do TR - Tabela de itens (quantidades e preços unitários)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	QTD. REITORIA	QTD. MORRINHOS	QTD. URUTAI	QTD. IPORÁ	QTD. CERES	QTD POSSE	158471 - IFPB/CAMPUS PRINCESA ISABEL	Qtd Total Geral	TOTAL POSSE	
	159	Maleato de Dexclorfeniramina, Dosagem: 0,4 mg/ml.	Frasco de 100 ml - Unidade		298454	R\$ 12,00		10	100		40			150	R\$ 1.800,00	
	160	Neomicina, Composição: Associada com Bacitracina, Concentração: 5 mg + 250 ui/g, Tipo Medicamento: Pomada.	Bisnaga de 15 g - Unidade	NEBACETIN	273167	R\$ 17,76		5	40		10			55	R\$ 976,80	
	161	Nimesulida, Dosagem: 100 mg.	Comprimido		273710	R\$ 1,20	10	500			2000			2.510	R\$ 3.012,00	
	162	Nitrofurál, Dosagem: 2 mg, Apresentação: Pomada.	Bisnaga de 30 g - Unidade		268274	R\$ 12,86		5			10			15	R\$ 192,90	
	163	Omeprazol, Concentração: 20 mg.	Cápsula		267713	R\$ 0,67	10	200	500		300			1.010	R\$ 676,70	
	164	Ondansetrona Cloridrato, Concentração: 4 mg, Forma Farmacêutica: Comprimido Orodispersível	Comprimido	VONAU	419016	R\$ 2,08			200					200	R\$ 416,00	
	165	Ondansetrona Cloridrato, Dosagem: 4 mg/ml, Indicação: Injetável. Apresentação: Caixa com 25 Ampolas.	Caixa com 25 Ampolas de 2 ml		268507	R\$ 2,56			12					12	R\$ 30,72	
	166	Orfenadrina Citrato, Composição: Associada com Dipirona e Cafeína, Dosagem: 35 mg + 300 mg + 50 mg.	Comprimido	SEDALEX	283156	R\$ 0,83	10	400	200		500			1.110	R\$ 921,30	
	167	Pantoprazol, Composição: Pantoprazol Sódico Sesqui-Hidratado, Concentração: 40 mg, Apresentação: Comprimidos.	Comprimido		432783	R\$ 1,15	28	20	10		200			258	R\$ 296,70	
	168	Paracetamol, Composição: Associado à Clorfeniramina e Fenilefrina, Concentração: 400 mg + 4 mg + 4 mg.	Comprimido	GRIPALCÊ	378572	R\$ 1,49	20	800	300		1000			2.120	R\$ 3.158,80	
	169	Paracetamol, Dosagem: 200 mg, Apresentação: Solução Oral.	Frasco de 15 ml - Unidade		267777	R\$ 11,80		10			20			30	R\$ 354,00	
	170	Paracetamol, Dosagem: 500 mg, Apresentação: Comprimido.	Comprimido		267779	R\$ 0,88	60							60	R\$ 52,80	
	171	Paracetamol, Dosagem: 750 mg, Apresentação: Comprimido.	Comprimido		267779	R\$ 1,00		2000	200		1500			3.700	R\$ 3.700,00	
	172	Polimixina B, Composição: Associada com Neomicina e Dexametasona, Concentração: 6.000 UI + 3,5 mg + 1 mg, Forma Farmacêutica: Suspensão Oftálmica.	Frasco de 5 ml - Unidade	MAXIVIEW	321234	R\$ 19,50		5			10			15	R\$ 292,50	
	173	Polimixina B, Composição: Associada com Neomicina e Hidrocortisona, Concentração: 10.000 UI + 5 mg + 10 mg/ml, Uso: Solução Otológica. Referência: Otosporin ou de Qualidade Equivalente ou Superior.	Frasco de 10 ml - Unidade	OTOSPORIN	624433	R\$ 20,00		5			10			15	R\$ 300,00	
	174	Propatilnitrato, Dosagem: 10 mg. Referência: Sustrate ou de Qualidade Equivalente ou Superior.	Comprimido	SUSTRATE	273135	R\$ 0,66		20			50			70	R\$ 46,20	
	175	Rifamicina, Dosagem: 10 mg/ml, Apresentação: Spray.	Frasco de 20 ml - Unidade		271140	R\$ 19,81	1	3	10		10	2		26	R\$ 515,06	
	176	Sais para Reidratação Oral, Composição: Sódio, Potássio, Cloreto, Citrato e Glicose, Concentração: 45 mEq/L + 20 mEq/L + 35 mEq/L + 30 mEq/L + 126 mMol/L, Forma Farmacêutica: Solução Oral.	Envelope - Unidade	HIDRAPLEX	479701	R\$ 5,89	60	1000	150		300			1.510	R\$ 8.893,90	
	177	Salicilato de Metila, Composição: Associada à Cânfora, Mentol, e Essência de Terebentina, Concentração: 0,0333 ml + 0,0333 g + 0,0083 g + 0,0833 ml/ml, Forma Farmacêutica: Solução Tópica, Embalagem: Frasco Aerossol.	Frasco de 120 ml - Unidade	MASSAGEOL	333241	R\$ 33,00	5	50	60	20	100			235	R\$ 7.755,00	
	178	Simeticona, Concentração: 75 mg, Forma Farmacêutica: Emulsão Oral - Gotas.	Frasco de 15 ml - Unidade		412965	R\$ 5,07	1	20			15			36	R\$ 182,52	
	179	Sulfacetamida, Composição: Associada com Trietanolamina, Dosagem: 74 mg + 21,67 mg/g, Apresentação: Pomada Tópica.	Bisnaga de 50 g - Unidade	QUEIMALIVE	278655	R\$ 29,16	7	5			10			22	R\$ 641,52	
	180	Sulfadiazina, Princípio Ativo: de Prata, Dosagem: 1%, Apresentação: Creme.	Bisnaga de 30 g - Unidade		272089	R\$ 15,96		3	5		8			16	R\$ 255,36	
	181	Vitaminas do Complexo B, Composição Básica: B1, B2, B3, B5 e B6. Apresentação: Ampola com 2 ml.	Ampola de 2 ml - Unidade		368499	R\$ 2,61		10	500					510	R\$ 1.331,10	
															RS266.614,96	RS266.614,96

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

# Contrato 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	MATHEUS ALMEIDA DE JESUS	25/05/2026 14:34 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23216.002010.2025

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 23216.002010.2025-16)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO**, com sede no(a) *Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-010*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *10.651.417/0001-78*, neste ato representado(a) pelo(a) **Reitor ELIAS DE PÁDUA MONTEIRO**, nomeado(a) pelo Decreto de 7 de Março de 2024, publicada no *DOU* de 8 de Março de 2024, portador da Matrícula Funcional nº *1103668*, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, [A2] tendo em vista o que consta no **Processo nº 23216.002010.2025-16** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de *materiais e medicamentos humanos para o IF Goiano*, nas condições estabelecidas no Anexo 1 do Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *trinta (30) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de trinta (30) dias[A;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*

9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*

9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.26. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*

9.27. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*

9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]*

*10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

*10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]*

*10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

*10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

*10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

*10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

*10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A4]*

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

*11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

*12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato*

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

*13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A4] contraentes.*

*13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

*13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

*13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

*13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

*13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

*13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

*13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

### 13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

*15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Goiânia*, Seção Judiciária de *Goiás* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA HERNANDEZ CORREIA  
Agente de contratação

# Documento Digitalizado Público

## Minuta de Contrato nº 9/2026

**Assunto:** Minuta de Contrato nº 9/2026  
**Assinado por:** Matheus Jesus  
**Tipo do Documento:** Minuta  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Almeida de Jesus, Matheus Almeida de Jesus - 411005 - Auxiliar administrativo - Real Jg Facilities (08247960000162)**, em 25/05/2026 14:35:51.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/05/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 884430  
**Código de Autenticação:** cb29fac9c1











SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

## TERMO DE DECLARAÇÃO E APROVAÇÃO

[Processo 23216.002010.2025-16](#)

**Objeto:** Aquisição de Materiais e Medicamentos Humanos - Licitação 2026 - Pregão SRP, para atendimento de todo o Instituto Federal Goiano - IF Goiano

**Tipo de Contratação:** Pregão Eletrônico - SRP - Aquisição de medicamentos Lei 14.133/21.

**Setor Requisitante:** Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal (SIASS)

### TERMO DE DECLARAÇÃO - EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. Declaramos ser responsáveis pela elaboração do Termo de Referência Digital nº38/2026, constante nos autos, em conformidade com os termos estabelecidos na Instrução Normativa nº 81/2022;

**2. Justificativa para vedação de participação de consórcios** A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão de o objeto da contratação tratar-se de bem ou serviço comum no mercado, sem apresentar complexidade técnica que demande a união de empresas para sua execução. Além disso, a restrição não compromete a competitividade do certame. Ressalta-se ainda que a eventual permissão para consórcios poderia implicar impactos negativos na gestão contratual, dificultando o acompanhamento, a fiscalização e a responsabilização das partes envolvidas.

**3. Justificativa para a não reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte** as justificas estão dispostas abaixo:

3.1 Embora os medicamentos licitados no Grupo 06 possam, em tese, ser classificados como bens de natureza divisível, sua estruturação em grupos interdependentes foi adotada com o objetivo de assegurar padronização, coerência técnica e eficiência operacional na execução contratual. Nesse contexto, a aplicação da cota de até 25% prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, destinada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), mostra-se tecnicamente inadequada.

3.2 A eventual fragmentação do grupo comprometeria a economicidade da contratação, elevaria custos logísticos, dificultaria a gestão e fiscalização contratual e poderia gerar riscos operacionais relacionados ao fornecimento. Ademais, a divisão poderia impactar negativamente a qualidade, a uniformidade e a continuidade do fornecimento dos medicamentos, fatores essenciais para a adequada assistência à saúde no âmbito institucional.

3.3 Assim, a adoção de cota para o Grupo 06 poderia comprometer a segurança e a efetividade do atendimento prestado aos estudantes e servidores, razão pela qual se conclui pela inviabilidade técnica da reserva de cota neste certame, de modo a preservar a funcionalidade do objeto, a eficiência da contratação pública e a adequada prestação do serviço.

**4. Justificativa para a permissão de adesão de entidade não participante à Ata de Registro de Preços (ARP):** A admissão da adesão de entidade não participante à Ata de Registro de Preços (ARP), justifica-se pela busca por economicidade, celeridade e eficiência na contratação, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023. Essa prática permite aproveitar preços e condições já negociados, agilizando o processo, garantindo a padronização e qualidade do objeto e respeitando os limites quantitativos legais, sem alterar as condições originais da ARP, representando uma medida estratégica para a Administração Pública.

**5. Justificativa para a definição da contratação com vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos:** A definição de vigência inicial de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por até 10 (dez) anos, encontra amparo na natureza contínua do fornecimento de medicamentos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Tal modelagem visa assegurar a continuidade do atendimento às demandas institucionais, garantindo previsibilidade no planejamento das contratações, maior eficiência administrativa e otimização dos custos decorrentes do processo licitatório. A possibilidade de prorrogação contratual contribui para a economicidade, ao reduzir a necessidade de repetição frequente de procedimentos licitatórios, além de favorecer a padronização do fornecimento e a estabilidade na execução contratual. Ademais, a manutenção de fornecedor com desempenho satisfatório tende a mitigar riscos operacionais e assegurar maior qualidade e regularidade no abastecimento dos medicamentos. Ressalta-se que cada prorrogação estará condicionada à verificação da vantajosidade para a Administração e ao adequado desempenho contratual.

**6. Pesquisa de Preços:** O preço estimado da contratação foi definido, sempre que possível, com base em, no mínimo, três cotações válidas, adotando-se a mediana dos valores obtidos no Painel de Preços do Governo Federal. Destaca-se, contudo, que, para alguns itens, a estimativa foi obtida com base em menos de três cotações, em razão da inexistência de múltiplas referências atualizadas ou compatíveis com o objeto. Para os itens não localizados no Painel, realizou-se pesquisa complementar em sítios eletrônicos especializados, observados critérios de confiabilidade, atualidade e compatibilidade com a contratação. Foram desconsiderados valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com a realidade de mercado, a fim de evitar distorções na estimativa e reduzir o risco de licitação fracassada ou deserta.

**7. Indicação de marca ou modelo como referência:** A presente licitação não contempla a indicação de marcas específicas para os itens a serem adquiridos, adotando-se apenas referências de marcas como parâmetro de qualidade e eficiência, sem caráter restritivo à competitividade. Tal prática encontra respaldo na necessidade de assegurar um padrão mínimo de desempenho dos produtos, especialmente considerando que o objeto da contratação envolve a aquisição de medicamentos e materiais que impactam diretamente a saúde e a integridade física de estudantes e servidores. Nesse contexto, a utilização de marcas como referência justifica-se como medida técnica destinada a orientar a especificação dos itens, garantindo a aquisição de produtos com elevado grau de qualidade, segurança e funcionalidade, capazes de produzir efeitos positivos e adequados à proteção e promoção da saúde dos usuários, sem prejuízo da ampla participação de fornecedores que ofertem produtos equivalentes ou superiores.

**8. Justificativa para o aumento do quantitativo para o Item 01 (Absorvente Higiênico):**

8.1 Tendo em vista a Justificativa nº 1/2026 - CASCE-REI/DAE-REI/IFGOIANO, encaminhada pela Diretora de Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas do IF Goiano em 13/05/2026, solicitando a inclusão da aquisição de absorventes higiênicos descartáveis no presente processo licitatório para atendimento das ações do Programa de Atenção à Saúde da Comunidade Estudantil, no âmbito do Auxílio à Dignidade Menstrual, foi necessário o acréscimo quantitativo do Item 01 (Absorvente Higiênico), passando de 26 para 3.687 unidades, mediante o acréscimo de 3.661 unidades. Tal adequação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações de promoção da saúde, permanência e êxito estudantil de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

8.2 Conforme informado pela área demandante, o valor disponibilizado para a referida aquisição será de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), proveniente de emenda parlamentar. Assim, o acréscimo quantitativo ao Item 01 visa adequar a contratação à demanda apresentada, garantindo o atendimento das ações institucionais relacionadas ao Auxílio à Dignidade Menstrual.

## **9. Declarações:**

9.1 Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento, conjunto de contratações e o Sistema de

Governança deste órgão contratante.

9.2 Declaramos ainda que o planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, conforme parceria técnica entre Advocacia-Geral da União e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

## **EPC**

I. Cérida Aurélia Rodrigues de Oliveira - integrante técnico-requisitante/ SIASS;

II. Mário Raimundo dos Santos Neto - integrante técnico-requisitante/ SIASS;

III. Viviane Izidoro Ferreira - integrante administrativa/ Gerência de Aquisições e Contratações (GAC);

## **TERMO DE DECLARAÇÃO E APROVAÇÃO - AUTORIDADE SUPERIOR**

1. Diante da necessidade de contratação prevista, e tendo em vista os documentos e justificativas apresentadas, **APROVO** os seguintes documentos:

a. Termo de Referência nº 38/2026 - [LINK](#)

2. Diante da necessidade da contratação e tendo em vista os documentos e justificativas apresentadas, **DECLARO** as seguintes informações:

a. Atendimento ao Art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 com delegação de competência, conforme disponível Link: [Decreto 07/03/2024 Nomeação Reitor IF Goiano](#); [IF Goiano - Portarias/Decretos - Autoridade Superior](#);

b. Observância, nesta aquisição, ao disposto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, que trata da essencialidade e do relevante interesse público da Administração. Ressalta-se que o presente processo tem como objetivo garantir a continuidade dos atendimentos médicos e odontológicos prestados aos estudantes, servidores e comunidade acadêmica do IF Goiano."

c. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. E, diante do enquadramento no Sistema Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

d. Previsão da contratação no Plano Anual de Contratações (PCA - PNCP - [Link](#)) vigente, bem como encontra respaldo institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional, estando alinhada com a Perspectiva "Recursos e Infraestruturas" do PDI, no objetivo "Promover a saúde, o desenvolvimento, o desempenho e a qualificação de pessoal". No que tange à sustentabilidade, ressalta-se que a contratação está prevista no Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme declaração nos autos ([Link](#));

e. Em atendimento ao Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e o Art. 12 do Decreto 11.246/22, foi observado a nomeação de servidores efetivos e o princípio da segregação de funções, sendo considerado ainda, na presente contratação, o valor e a complexidade do objeto.

Goiânia, 15 de abril de 2026

Cérida Aurélia Rodrigues de Oliveira

**Integrante técnico-requisitante/ SIASS**

Mário Raimundo dos Santos Neto

**Integrante técnico-requisitante/ SIASS**

Viviane Izidoro Ferreira

**Integrante administrativa/ Gerência de Aquisições e Contratações (GAC)**

Gilson Dourado da Silva

**Pró-Reitor de Administração**

**Elias de Pádua Monteiro**

Reitor

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joao Helio da Silva Pereira, ADMINISTRADOR**, em 15/05/2026 13:30:42.
- **Mario Raimundo dos Santos Neto, CHEFE DE SETOR - FG2 - SIASS-REI**, em 15/05/2026 13:43:39.
- **Viviane Izidoro Ferreira, COORDENADOR(A) GERAL - CD4 - GAC-REI**, em 15/05/2026 13:50:40.
- **Cerida Aurelia Rodrigues de Oliveira, ODONTOLOGO - 40 HORAS**, em 15/05/2026 13:53:41.
- **Gilson Dourado da Silva, REITOR(A) - SUB-CHEFIA - IFGOIANO**, em 15/05/2026 17:37:03.
- **Elias de Padua Monteiro, REITOR(A) - CD1 - IFGOIANO**, em 18/05/2026 09:12:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/05/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 820388

**Código de Autenticação:** 19408e7894



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010